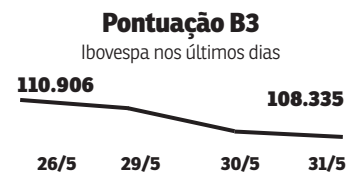
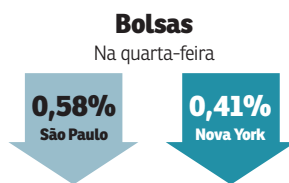




7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 1º de junho de 2023



Dólar

Na quarta-feira

R\$ 5,073
(+ 0,61%)

Últimos

25/maio	5,035
26/maio	4,988
29/maio	5,012
30/maio	5,042

Salário mínimo

R\$ 1.320

Euro

Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 5,423

CDI

Ao ano

13,65%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

13,64%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61

IMPOSTOS

Reforma tributária avança na Câmara

Grupo de trabalho que debate o tema apresentará conclusões na próxima terça-feira. Projeto pode ir a votação ainda este mês

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

O presidente do Grupo de Trabalho (GT) que debate a reforma tributária desde março, Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que a votação do texto, na Câmara, ocorrerá ainda em junho. As diretrizes que trazem indicações sobre o que foi debatido em audiências públicas e reuniões do grupo serão divulgadas na próxima terça-feira, 6 de junho, quando termina o prazo dado presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

“Já tem um texto, tem diretriz. (Antes do plenário) nós vamos democraticamente conversar com todas as bancadas. Então, eu acredito que, até o fim do mês, vamos fazer a votação”, frisou o parlamentar. Pelo trâmite, o GT não apresenta o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trará a proposta da reforma. O Grupo apenas divulga as conclusões dos debates. Feito isso, o relator apresenta o seu relatório.

Uma das indefinições que permanecem, mesmo após as audiências públicas, é em relação à dualidade ou não do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Reginaldo Lopes vem afirmando que há maior convergência pelo modelo dual — que prevê a substituição de cinco tributos por dois impostos, um federal e outro de estados e municípios.

A fala diverge do que é defendido pelo relator, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB). “Tecnicamente, para o cidadão, é melhor o (IVA) único, pois você tem um imposto, uma legislação só. É mais simples para todo mundo, que é o que a gente desejava. Mas, se não tiver voto para aprovar o imposto único, aprova o dual”, afirmou Ribeiro.

Sobre a tramitação, o relator da reforma afirmou que chegará a um texto considerado como “ideal”, mas admitiu que pressões políticas podem resultar em alterações na versão final. “Nossa missão é ouvir e discutir, coletar sugestões que a gente possa, de fato, apresentar soluções ao que eu chamo de texto

Taísa Medeiros/CB/D.A Press



Relator da proposta, deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB) defende IVA único e alíquotas mais baixas para setores como educação e saúde

ideal. A política a partir desse texto ideal vai discutir e definir os termos para os votos que precisamos, 308 na Câmara e 49 no Senado”, disse o relator.

Sem cavalo de pau

Ribeiro confirmou que setores como saúde, educação, agricultura, transporte público e construção civil poderão ser beneficiados por uma alíquota mais baixa do IVA. E destacou que a reforma não dará “cavalo de pau”, com mudanças do dia para a noite. Segundo ele, a PEC vai propor um período de transição, que será usado para reduzir problemas da passagem do sistema tributário atual, com PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI para o IVA, previsto no novo marco tributário.

Uma das vantagens destacadas pelo relator da mudança do sistema atual para o IVA é que as empresas vão obter maior

Taísa Medeiros/CB/D.A Press



Frente Parlamentar quer debate imediato sobre folha de pagamento

geração de crédito. Ele acredita que com essa alteração, os litígios tributários serão reduzidos. “Nossa base de tributação

é distorcida, não tem similaridade com os demais países de tamanha carga no consumo. A gente tributa muito o consumo

no Brasil, por isso o sistema é regressivo”, disse.

Uma carga tributária é regressiva quando não considera a capacidade econômica das da população e acaba incidindo com mais força em classes sociais mais baixas. Já em países desenvolvidos, a maior parcela da arrecadação por impostos incide sobre o patrimônio e a renda. No Brasil, acontece o oposto.

Aginaldo Ribeiro confirmou, ainda, que a proposta prevê que o IVA seja cobrado no destino, ou seja, incidirá no estado em que as mercadorias e os serviços serão consumidos. Dessa forma, seria eliminada a guerra fiscal — a disputa entre estados e municípios por investimentos, mediante concessão de incentivos fiscais. Em contrapartida, está prevista a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional para apoiar investimentos em áreas carentes.

Pressão por desoneração da folha

As frentes parlamentares do Empreendedorismo (FPE) e do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) divulgaram, ontem, um manifesto pela inclusão imediata do debate sobre a desoneração da folha de pagamento na discussão em torno da reforma tributária. “Entendemos que esse é o melhor momento para retirar a contribuição patronal da folha de pagamento e pensar em como financiar a Previdência”, diz o documento. Segundo as frentes, a mudança poderá contribuir para o aumento da competitividade interna e externa da economia.

Além da medida, os parlamentares pedem atenção a outros dois tópicos: o que busca a atualização dos valores do limite de faturamento das empresas enquadradas no Simples Nacional; e o que cria o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, com a finalidade de reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias, de modo a instituir a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e) e a Declaração Fiscal Digital (DFD).

Lopes afirmou que a questão da folha de pagamento será tratada junto com a reforma do Imposto de Renda, na segunda etapa do debate. “Nós temos duas etapas na reforma tributária, a reforma sobre consumo e depois, sobre renda e patrimônio. Podemos dizer também que pode ter uma reforma sobre a folha mas que encaixa mais no método, na renda”, explicou.

A respeito das alterações no Simples Nacional, Lopes acredita que não ocorrerão. “Acho que quem está na ponta da cadeia do serviço ou do comércio, ou que se enquadra no Simples, vai continuar. Agora, quem estiver no meio da cadeia terá a opção de migrar para o IVA, se for uma decisão do próprio empreendedor”, avaliou. (TM e RF)

SISTEMA FINANCEIRO

Pix responde por quase um terço dos pagamentos

Em apenas dois anos de existência, o Pix, sistema de pagamentos instantâneos desenvolvido pelo Banco Central (BC), tornou-se o principal instrumento de pagamentos utilizado pelos brasileiros. De acordo com relatório divulgado ontem pelo BC, o Pix aumentou sua participação no mercado e atingiu 29% de todas as transações registradas em 2022, contra 16% do total em 2021.

O relatório indicou, ainda, que os brasileiros usam cada vez menos o dinheiro em espécie para fazer pagamentos do dia a dia, registra a Agência Brasil. E, como resultado da crescente digitalização da

economia, 79% das transações financeiras foram feitas por celular em 2022, ante 69% no ano anterior. Em 2019, esse percentual era de apenas 28%.

Em 2019, os saques de dinheiro em caixas eletrônicos e agências somaram R\$ 3 trilhões. Em 2020, o total caiu para R\$ 2,5 trilhões e para R\$ 2,1 trilhões, em 2021 e 2022. Já as transações por meio do Pix somaram R\$ 180 bilhões em 2020, subindo para R\$ 9,43 bilhões no ano seguinte e para R\$ 24,05 bilhões em 2022.

Já quando se trata de transações de valores mais altos, a indicação do estudo é de que há preferência por transferências

bancárias (inter e intrabancárias), que responderam por cerca de 65% de todo o volume financeiro de 2022. Em termos de valor, o Pix foi responsável por 12% das transações.

Segundo o estudo, em relação ao valor médio das operações “há uso preponderante do Pix e dos cartões (especialmente o pré-pago) nas transações de valor mais baixo, indicando seu papel importante na inclusão financeira, deixando as transferências tradicionais como principais opções para transações corporativas, de valores substancialmente mais altos”.

“Nesse sentido, é razoável supor que o Pix e os cartões

representaram importante papel na digitalização de camadas mais amplas da população”.

O BC também observou crescimento “expressivo da quantidade de transações com cartões de débito e pré-pago”, influenciado pela expansão de instituições financeiras. “Essas instituições vêm tendo papel relevante na inclusão financeira, ao proporcionar contas de pagamento a pessoas que anteriormente não tinham nenhum relacionamento com o sistema financeiro, sendo, por exemplo, as instituições em que muitos jovens iniciam seu relacionamento com o sistema financeiro”, destacou o estudo.

Wanderlei Pozzembom/CB/D.A Press



Relatório do BC mostra também maior uso do celular em transações